

CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE – CACHOEIRA-BAHIA-BRASIL.

Alberto Viana de Campos Filho; Crispiniano de Assis Costa; Tatiana Ribeiro Velloso; Vanderson Sales dos Santos¹

RESUMO: Este estudo tem como objetivos demonstrar os principais pontos de convergência entre a economia solidária e a educação do campo como políticas públicas e campos do conhecimento, descrever como o conhecimento popular em economia solidária do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape foi inserido no componente cooperativismo e economia solidária da Licenciatura em Educação do Campo da UFRB e apresentar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária como uma política que pode contribuir para o fortalecimento das experiências de economia solidária desenvolvidas no Território. Conclui-se que se forem ofertados cursos sob amparo dessa política, voltados para o fortalecimento dos núcleos de produção do Território, esses deverão trazer como resultados a elevação do nível de escolaridade dos sujeitos das comunidades, a qualificação das atividades produtivas locais naquilo que têm necessidade de aprimoramento, e a partilha com outros sujeitos do que a comunidade já têm como prática de excelência.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo, Economia Solidária, Território Quilombola

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata das relações entre a economia solidária e políticas de educação do campo no contexto do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, localizado no município de Cachoeira-Bahia-Brasil. O estudo tem como objetivos demonstrar os principais pontos de convergência existentes entre a economia solidária e a educação do campo como políticas públicas e campos do conhecimento, descrever como o conhecimento popular em economia solidária do Território foi inserido no componente cooperativismo e economia solidária da Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO – UFRB e apresentar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA como uma política de educação do campo que pode contribuir para o fortalecimento das experiências de economia solidária desenvolvidas no

¹ Alberto Viana de Campos Filho – mestrando em Educação do Campo na UFRB – de Assis Costa é discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRB - ; Tatiana Ribeiro Velloso é professora adjunta da UFRB - ; Vanderson Sales dos Santos é discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFRB - vandersonreconcavo@gmail.com.

Território, destacando o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, e de observações da vivência dos autores, com a temática na universidade e nas comunidades pertencentes ao Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape durante os trabalhos de extensão e pesquisa dos autores Alberto Viana de Campos Filho e Tatiana Ribeiro Velloso e da vivência dos autores Crispiniano de Assis Costa e Vanderson Sales dos Santos, como alunos da Licenciatura em Educação do Campo da UFRB no tempo comunidade e como moradores e sujeitos dos processos de economia solidária do local.

2 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape estão localizadas no município de Cachoeira no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Essas comunidades ocupam a região há vários séculos e foram formadas por negros escravizados fugidos e libertos das fazendas da região constituindo um território quilombola. São 14 comunidades (Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, Kaonge, Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo da Guaíba) onde vivem 3.500 pessoas, organizadas em um conselho que realiza reuniões mensais itinerantes com o objetivo de discutir e deliberar sobre os assuntos de importância do território quilombola. Atualmente esse conselho tem articulado outras comunidades quilombolas de todo o Território Recôncavo Baiano e realizado processos de incidência política de forma conjunta.

As comunidades mantêm diversos aspectos da cultura ancestral incluindo a religiosidade de matriz africana, o trabalho coletivo, a harmonia com a natureza, a música, as indumentárias e a gastronomia.

Estão situadas no entorno da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (onde tem assento em seu conselho deliberativo), cujas águas e manguezais fornecem pescados e mariscos para o autoconsumo e para a venda.

Com relação a produção agrícola e não-agrícola se organizam sob os princípios da economia solidária, através de núcleos produtivos coletivos de produção de azeite de dendê, cultivo de ostra, apicultura, plantas medicinais, artesanato e turismo étnico de base comunitária, onde recebem visitantes do Brasil e do exterior para convivência com a comunidade em roteiros temáticos e durante a realização anual da

Festa da Ostra. Esses núcleos são entendidos como empreendimentos econômicos solidários, cuja estratégia de geração de trabalho e renda, inclui o Banco Solidário Quilombola do Iguape, que faz circular a moeda social Sururu em todo o território quilombola.

Os quilombolas também coordenam outras iniciativas de valorização da sua cultura como o Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape-CECVI, o Ponto de Cultura Expressão da Cidadania Quilombola, a Companhia de Dança quilombola Vale do Iguape e o Grupo de Samba de Roda Suspiro do Iguape.

Todas as experiências de autogestão do Território seguem princípios da valorização e da apropriação da experiência de vida e de trabalho, através do respeito e reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios e de um processo contínuo de educação e trabalho, voltado para a preservação e conservação do meio ambiente das comunidades quilombolas.

3 CONVERGÊNCIAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O primeiro objetivo específico deste artigo é demonstrar os principais pontos de convergência existentes entre a economia solidária e a educação do campo como campos do conhecimento e como políticas públicas. Para isso apresenta-se uma caracterização desses campos em separado e depois seus elementos comuns a partir de princípios, valores e práticas, que foram identificados em publicações científicas, normativos de políticas públicas e em documentos elaborados pelos fóruns organizados da sociedade civil enquanto sujeitos coletivos de direitos.

A economia solidária pode ser considerada um movimento de diversidade econômica e social, que embora se desenvolva sob o modelo de produção capitalista a ela se contrapõe como alternativa de relações de produção, compra, venda, poupança, troca e de socialização e construção de saberes, com base na solidariedade, na autogestão, na cooperação, na reciprocidade, na valorização da diversidade, da cultura e do meio ambiente.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, do governo federal:

[...] compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão[...] No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de

produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc.[...] (BRASIL, 2014, p.1).

A economia solidária se materializa através de empreendimentos formais e não formais, muitas vezes organizados em redes, nas mais diversas atividades produtivas, no campo e na cidade, incluindo grandes empresas recuperadas. São experiências constituídas pela classe trabalhadora como modo de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista. Estas experiências também podem se articular em fóruns e conselhos em diferentes instâncias e pautam os governos periodicamente com suas bandeiras de luta. Inclui também como protagonistas os gestores públicos e as instituições de assessoria e fomento.

Sobre a economia solidária no Brasil Harnecker (2012) considera que os empreendimentos:

[...] cuenten com el apoyo de políticas públicas que les faciliten asesoramiento técnico y ético, aprovechando las valiosas capacidades com que cuentan las universidades[...] (HARNECKER, 2012, p. 21)

Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Solidários, que tem como objetivo montar um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com a finalidade de disponibilizar à sociedade dados sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos, para fins de elaboração de programas e políticas públicas, e é realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ainda em construção, mostra que o Brasil tem 19.708 empreendimentos solidários, sendo 10.793 rurais, 6.856 urbanos e 2.058 urbanos e rurais. Na Bahia são 1.452 empreendimentos distribuídos entre 109 urbanos e rurais, 1.153 rurais e 190 urbanos (BRASIL, 2013).

Os empreendimentos econômicos solidários no meio rural são predominantemente aqueles da agricultura familiar, associações e cooperativas, e que produzem mais alimentos e geram mais trabalho com uso de menos terra, do que as culturas do agronegócio, que são tidas apenas como mercadorias e com foco no lucro, ao contrário da agricultura familiar que representa, sobretudo a reprodução da sua própria existência. Alguns inclusive praticam o turismo comunitário, como o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade de iniciativa da comunidade quilombola do Kaonge.

A educação do campo pode ser considerada como um campo do conhecimento do ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências da educação, uma política pública

e um movimento de produção e socialização de conhecimentos populares e científicos surgido e mantido pela luta dos movimentos sociais do campo brasileiro.

Compreende o processo de reivindicação pelo acesso e a prática da educação não formal, escolar e profissional vinculada à questão agrária, ao trabalho como princípio educativo, à história, à cultura e à transformação da sociedade, da educação básica até ao ensino superior, de forma democrática e em busca da sua universalização.

O Decreto Federal de Nº 7.352, instituído em 4 de novembro de 2010, pela presidência da república, dispõe sobre a política de educação do campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, que apresenta no seu artigo 2º princípios da educação do campo do ponto de vista do Estado:

[...] I- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II- Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV- Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V- Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010, p.2).

É uma educação historicamente problematizadora, dialógica e participativa construída pelos trabalhadores e para a classe trabalhadora do campo, com alternância de tempos e espaços. Entende os camponeses como portadores de conhecimentos tradicionais que vão se somar aos conhecimentos científicos nos processos de educação formais e não-formais, daí o tê-los também como educadores do campo, independente do grau de acesso a processos de escolarização que tenham obtido, que por sinal lhes foi sempre negado pelo estado.

Tem como uma das conquistas a existência de políticas públicas específicas como: inclusão no FUNDEB dos Centros Familiares de Formação por Alternância, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Pode-se afirmar também que a publicação da Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de

2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica é uma conquista, que vem complementar as da educação do campo nas suas especificidades, e a ela não se contrapõe.

Ao analisar os documentos de cada campo verificou-se que vários elementos são comuns entre esses dois campos do conhecimento, e que podem e devem ser incentivados nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, incluindo aí as escolas do campo situadas no seu perímetro, como atividades contra hegemônicas.

Entre eles destacam-se: a autogestão, a solidariedade, a cooperação, a busca pela qualidade de vida dos envolvidos, os protagonistas como os trabalhadores organizados, a emergência a partir dos setores populares, a centralidade no ser humano e no trabalho, a valorização do modo de vida camponês e comunitário, a abordagem e respeito à diversidade de culturas, gerações, gênero, raça, etnia, a luta por políticas públicas, o desenvolvimento integral na perspectiva da multidimensionalidade e finalmente a preocupação e implicação com a questão fundiária e com a questão ambiental.

Dessa forma, observando-se as características do modo de vida das comunidades do Território Quilombola em estudo e as características da economia solidária e da educação do campo, entende-se os jovens e adultos do Território como sujeitos da economia solidária e sujeitos da educação do campo.

4 CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A UFRB tem um histórico de atuação junto às comunidades quilombolas, sendo considerada a mais negra do país, especialmente nos programas de educação do campo, como o PROCAMPO e dispondo do único mestrado profissional do país em Educação do Campo, e mais recentemente pactuou o seu primeiro curso de graduação no âmbito do PRONERA. Possui também expertise em educação, pesquisa e extensão na área de economia solidária e desenvolvimento territorial através do curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, e das ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB, e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e da participação do Colegiado do Território do Recôncavo.

Essa atuação qualifica a instituição para atender a demanda de processos formativos no âmbito da economia solidária para os sujeitos do campo envolvidos com a temática do turismo comunitário praticado em comunidades quilombolas e nas demais beneficiárias do PRONERA, e que nunca tiveram acesso a cursos de qualificação para as

atividades do turismo com o enfoque da economia solidária e do desenvolvimento territorial sob o enfoque da educação do campo.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), instituído pelo Ministério da Educação-MEC em 2009, apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Envolve cursos de licenciatura específicos em educação do campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. É voltado para professores em exercício nos sistemas públicos de ensino que atuam nas escolas rurais e não tem habilitação legal para a função (Licenciatura), para educadores que têm experiência e/ou atuam em educação do campo e para jovens e adultos das comunidades do campo.

O PROCAMPO foi iniciado em 2012 na UFRB, tendo instalado no campus Feira de Santana dois cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) com habilitações em Matemática e em Ciências Naturais. Ambos, tem como um dos componentes obrigatórios o Cooperativismo e Economia Solidária, tendo como titular a Professora Tatiana Ribeiro Velloso, que visa elevar o pensamento teórico dos estudantes sobre esses temas, e oportunizar que o saber popular das comunidades que já praticam economia solidária seja problematizado em sala de aula.

No ano de 2015 na execução do componente referenciado na LEDOC, o autor Alberto Viana realizou sua experiência docente sob orientação da professora Tatiana Velloso. Durante o componente foi programado um seminário interno integrando as quatro turmas atuais, com cerca de 200 alunos presentes, onde os autores deste artigo Vanderson Sales e Crispiniano de Assis, como estudantes regulares do curso apresentaram para os demais estudantes e professores as experiências autogeridas dos núcleos de produção do território quilombola aqui estudado.

A apresentação da experiência desses estudantes foi uma contribuição ao fortalecimento da economia solidária no Território por oportunizar que o saber popular das comunidades que já praticam economia solidária fosse problematizado em sala de aula como contribuição ao saber dos discentes e docentes do curso, que embora sejam do campo, nem sempre trabalham sob os princípios da economia solidária ou não se reconhecem como.

Como resultados dessa experiência Vanderson e Crispiniano relataram que foi uma oportunidade de firmar a identidade quilombola na universidade, levar a informação a pessoas de outras comunidades sobre os ganhos do trabalho coletivo, ver que o currículo do curso valoriza a cotidianidade da comunidade quilombola, além de ter representado uma forma de poder expressar de forma autônoma o que um estudante quilombola pensa e faz, se sentido como educadores do campo na universidade. Concluem que mostraram que os elementos da cultura quilombola tem valor reconhecido no ambiente acadêmico da UFRB, como a liberdade, autonomia e capacidade de viver e amar uns aos outros sem escravizar e ser escravizado, transformando todo sofrimento em paz e alegria.

Outra experiência de contribuição da UFRB para a economia solidária do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape ocorreu no âmbito do mestrado em educação do campo, no componente curricular o Cooperativismo e Projeto Popular da Agricultura Camponesa, tendo como titular a professora Tatiana Velloso, e como discente o autor Alberto Viana.

Este discente apresentou o seu conhecimento adquirido na vivência no território quilombola, durante os últimos três anos, para os colegas do curso (principalmente formados em pedagogia) que não tinham uma visão prática da economia solidária e da cotidianidade de uma comunidade quilombola, e da interrelação dos sistemas de produção agrícolas e não agrícolas, e com o ponto de cultura e com a escola quilombola.

Depois foi mostrado como a comunidade do território tornou-se sujeita na pesquisa de mestrado do discente, enquanto pesquisa-ação; e como o discente e a titular do componente divulgaram a experiência de economia solidária do Território através de artigos científicos em dois congressos internacionais, a saber, o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado na USP em 2014 e o I Congreso Internacional de Marketing, Desarrollo Local y Turismo , realizado na Universidad de Pinar del Río, em Cuba, em 2015.

5 POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A execução da política do PRONERA através da UFRB pode oferecer diversas possibilidades de processos educativos voltados para os sujeitos do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape que venham a fortalecer a economia solidária local.

Santos (2012) relatou que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA foi criado em 1998 por uma portaria do extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária, num momento em que os movimentos sociais aproveitaram bem um ambiente favorável a pautar a reforma agrária (após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás) em face da constatação de índices de analfabetismo e escolarização muito baixos nos assentamentos, em relação à média verificada no campo.

Mas só em 2009 o PRONERA foi instituído em lei, regulamentada em 2010 pelo decreto nº 7.352. O programa é coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, e é voltado para jovens e adultos de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e comunidades extrativistas do entorno das RESEX, e em alguns cursos pode haver a inclusão em cursos específicos de técnicos da assistência técnica e extensão rural-ATER, de servidores do INCRA e de estudantes egressos de cursos superiores.

Sob a égide desse decreto o PRONERA passa a compreender o apoio a projetos em seis áreas a saber:

[...] alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental... formação profissional conjugada com ensino de nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação...capacitação e escolaridade de educadores...formação continuada e escolarização de professores de nível médio na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação...produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos...realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do PRONERA[...] (BRASIL, 2010, p.5)

Em consulta aos membros do Conselho Quilombola das Comunidades da Bacia e Vale do Iguape constatou-se que os jovens e adultos das comunidades estudadas nunca tiveram acesso à política do PRONERA. Também foi constatado que a maior parte dos jovens e adultos do território não tiveram acesso a cursos técnicos e superiores em universidades públicas. A partir disso os autores do artigo iniciaram uma discussão na comunidade do Kaonge de construção de demandas qualificadas de cursos sob amparo do PRONERA que venham a elevar o nível de escolaridade de jovens e adultos das comunidades, complementar a escolaridade dos educadores das escolas locais e contribuir para o fortalecimento da economia solidária, como a política do PROCAMPO já faz.

Esses cursos tanto envolveriam os jovens e adultos residentes no Território, como também os técnicos da ATER e da economia solidária e de órgãos governamentais que atuam nas comunidades, e os educadores das escolas do campo que tenham ou não formação superior.

Esse desejo foi expressado por lideranças da comunidade do Kaonge por verificarem que muitos técnicos e estudantes que atuam na comunidade não tem conhecimento teórico e prático para lidar com as especificidades locais, como na gestão dos empreendimentos econômicos solidários, como o Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade.

Assim, considerando a experiência da UFRB na educação do campo, na temática da economia solidária e do cooperativismo solidário e na formação de parcerias, e sabendo que essa demanda do Kaonge encontra ressonância em outros sujeitos beneficiários do PRONERA como os assentamentos de reforma agrária que praticam o turismo comunitário no Recôncavo e em outras regiões, os autores do artigo Tatiana Velloso e Alberto Viana sugeriram às comunidades iniciarem um primeiro processo formativo através de um curso baseado na pedagogia da alternância voltado para a temática da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário, na forma de curso de pós-graduação para os detentores de diploma de curso superior e na forma de curso de extensão para os não detentores desse diploma

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que se forem ofertados processos formativos específicos sob amparo do PRONERA, voltados para o fortalecimento dos diferentes núcleos de produção do Território Quilombola, e que considerem o trabalho associado como princípio educativo, esses cursos deverão trazer como resultados a elevação do nível de escolaridade dos jovens e adultos das comunidades, a qualificação das atividades agrícolas e não-agrícolas locais naquilo que têm necessidade de aprimoramento, e a partilha com outros sujeitos do que a comunidade já têm como prática de excelência, fortalecendo assim os processos internos da economia solidária.

No caso da formação em turismo, poderão ser realizados cursos no nível médio em Técnico em Guia de Turismo, e de nível superior em Tecnólogo em Gestão de Turismo ou de Bacharel em Turismo e Hotelaria, ou ainda cursos de pós-graduação, como o por ora proposto e aceito pelos membros do Território Quilombola aqui estudado, que

farão da concepção, da execução e da avaliação do curso, como sujeitos de direitos e protagonistas da economia solidária e da educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. **Por Uma Educação do Campo: Declaração 2002**. In Educação do Campo, Identidade e Políticas Públicas. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 4. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2002, 92 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Brasília, 2010.40 p.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, Ministério do Turismo, 2010b.88 p.

_____.Ministério do Trabalho e Previdência Social. Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES. **Atlas Digital da Economia Solidária**, 2013. Disponível em: < >. Acesso em 30 outubro de 2015.

_____.Ministério do Trabalho e Previdência Social. **O que é economia solidária**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em 30 outubro de 2014.

_____. **Educação do Campo**. In Alentejano, P. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*.Brasília: Expressão Popular, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 30 outubro de 2014.

HARNECKER, C. P. **Cooperativas Y Socialismo, Uma mirada desde Cuba**. Org.: Harnecker, C.P. Havana, Editorial Caminos, 2012, 420 p.

SANTOS, C.A. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB**. Brasília; Líber Livro Editora Ltda, 2012, 202p.